



PAGUEVELOZ INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DOCUMENTO 9010

A PagueVeloz Instituição de pagamentos LTDA (“Companhia” ou “PagueVeloz”) em atendimento ao requerimento pela resolução BCB nº2/2020 e Instrução Normativa BCB nº54/2020 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao período findo em 30 de Junho de 2024, conforme relação dos documentos descritos a seguir:

- Relatório de Administração;
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

A Administração é responsável pela elaboração e conteúdo das demonstrações financeiras e arquivos apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

Nilton Spengler Neto
Diretor de Riscos

Débora Malta de Araújo
Contadora
CRC 1SP-247844

Demonstrações Financeiras

30 de Junho de 2024



**pague
veloz**

**MAIS DO QUE UMA MAQUININHA
MAIS DO QUE UMA CONTA DIGITAL**

pagueveloz.com.br





PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	11
4. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12
8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	13
9. OUTROS CRÉDITOS	13
10. OUTROS VALORES E BENS	13
11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	13
12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	14
14. CONTINGÊNCIAS	14
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
16. PARTES RELACIONADAS	15
17. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	15
18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	16
19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	16
20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	16
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
22. GESTÃO DE RISCOS	17
23. EVENTOS SUBSEQUENTES	19



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Sobre a PagueVeloz

A PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda. foi fundada em agosto de 2012 e tem como foco atuar em serviços financeiros de meios de pagamentos e recebimentos. Constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil, oferece soluções de pagamento customizadas para verticais de negócios. Seus principais produtos são a conta de pagamentos e o subcredenciamento de estabelecimentos comerciais para aceitação de pagamento por meio de cartões de débito e crédito. Dessa forma busca facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos seguros e fáceis para efetuar recebimentos, pagamentos, aportes, transferências e/ou saques de recursos mantidos em contas de pagamento. Nossa empresa disponibiliza serviços na modalidade B2B e B2C, sejam eles pessoas físicas ou pessoas jurídicas que possuem um estabelecimento comercial ou prestação de serviços.

Em outubro de 2021, fomos adquiridos pelo Grupo Serasa Experian. Em setembro de 2022, fomos autorizados pelo Banco Central do Brasil a funcionar como uma Instituição de Pagamento (IP) regida pela Lei 12.865/13, atuando ainda como subadquirente/ subcredenciadora e Correspondente Não Bancário.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2024, o patrimônio líquido na sociedade atingiu o montante de R\$ 56,5 mm. O lucro líquido apresentado no semestre findo em junho de 2024 foi de R\$ 16,1mm.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2024, os ativos totais atingiram R\$ 227,6 mm. Desse montante, destacamos, R\$ 111,7 mm que são representados pelos valores a receber dos adquirentes contratados e resultante de operações de cartão capturadas na modalidade crédito e débito e efetuadas pelos Estabelecimentos Comerciais credenciados pela PagueVeloz.

A PagueVeloz, quando da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passou a elaborar as suas demonstrações financeiras segundo as regras definidas para as instituições de pagamento observando o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Ainda, para a obtenção de tal autorização, mantém as suas operações adequadas com os objetivos estratégicos estabelecidos com plano de negócios examinado pelo BACEN.

Como principais fatos ocorridos no semestre findo em junho de 2024, destacamos:

- O volume total de captura de pagamentos pelo meio Cartões de Débito e Crédito somou o montante aproximado de R\$ 2,6 bi no período de Janeiro a Junho/24.
- O volume total transacionado em "Arranjo Pré-Pago" em valores (R\$) realizados no período de Janeiro a Junho/24 soma o montante de R\$ 9,1 bi. Este feito foi obtido através da disponibilização de soluções financeiras como a subadquirência e de serviços de pagamento eletrônico como o pagamento de boletos, contas de consumos, débitos veiculares, tributos, transferências e Pix.
- O saldo das contas de pagamento dos clientes PagueVeloz no período de Janeiro a Junho/24 somou o montante de R\$ 71 mm.
- A quantidade de cliente ativos na atividade de subadquirência saíram de 16.366 mil para 15.780 mil.
- O processamento de pagamentos na conta de pagamentos dos clientes PagueVeloz em Junho/24 foi de R\$ 749,6 mm devido aos esforços de crescimento comercial, solidez tecnológica e preço competitivo nos segmentos em que atua.
- Diante de um cenário macroeconômico desafiador, em especial a Taxa de Juros Selic e nível de Inflação, a empresa teve uma atuação mais próxima com o time de vendas e planejamento comercial, bem como da área de precificação dos seus produtos. Isso permitiu a manutenção saudável e sustentável da competitividade da empresa e dos serviços disponibilizados aos clientes e mercado.
- A receita bruta da sociedade no primeiro semestre de 2024 (Janeiro a Junho) foi de R\$ 111,6 mm . Os principais produtos que contribuíram para este resultado foram a taxa de serviço de captura de pagamentos por cartão (MDR), a tarifa de liquidação antecipada e receitas de serviços de corban.
- A modalidade de pagamento que mais se destacou na conta de pagamento foi o envio instantâneo de transferências (PIX), gerando cerca de R\$ 2,7 bi em transações de cash out no período de Janeiro a Junho/24.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nilton Spengler Neto
Diretor de Riscos



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Administradores da
PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda. (“Empresa” ou “PagueVeloz”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar

a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024 e 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	5	914	6.856
Instrumentos financeiros		185.636	160.088
Aplicações Financeiras de Liquidez	6	66.328	71.548
Títulos e valores mobiliários	7	7.628	4.048
Relações Interfinanceiras	8	111.680	84.492
Outros Créditos	9	18.516	8.013
Outros valores e bens	10	2.267	1.386
Ativos fiscais		4.565	11.067
Ativos fiscais diferidos	21.b	4.565	11.067
Imobilizado de uso		2.979	3.460
Imobilizado	11.a	4.013	10.040
Depreciação acumulada	11.a	(1.034)	(6.580)
Intangível		11.682	8.834
Ativos intangíveis	11.b	14.383	10.421
Amortização acumulada	11.b	(2.701)	(1.587)
TOTAL DO ATIVO		226.559	199.704
PASSIVO	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos e demais instrumentos financeiros		71.197	79.254
Depósitos	12	71.016	63.096
Relações Interfinanceiras	12	181	16.158
Outras obrigações		99.867	80.075
Fiscais e previdenciárias	13	8.786	6.951
Diversas	13	91.081	73.124
TOTAL DO PASSIVO		171.064	159.329
Patrimônio Líquido		55.495	40.375
Capital Social	15	6.200	6.200
Reservas de lucro		1.240	1.240
Reservas Especiais		32.935	32.935
Lucros acumulados		15.120	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		226.559	199.704

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas de prestação de serviços	17.a	111.638	84.918
Custos dos serviços prestados	17.a	(1.121)	(1.462)
LUCRO BRUTO		110.517	83.456
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(92.789)	(73.034)
Despesas de pessoal	17.b	(39.541)	(24.395)
Outras despesas administrativas	17.c	(25.865)	(23.836)
Despesas tributárias	18	(7.444)	(5.052)
Outras receitas/despesas operacionais	19	(19.939)	(19.751)
LUCRO OPERACIONAL		17.728	10.422
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	7.b	9.454	3.972
Juros de empréstimos e repasses		(2.259)	(3.100)
RESULTADO FINANCEIRO		7.195	872
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	20	6	(2.862)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		24.929	8.432
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	(9.809)	(1.524)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		15.120	6.908
Quantidade de quotas		6.200.000	6.200.000
Lucro básico e diluído por cotas		2,44	1,11

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 30 DE JUNHO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro Líquido do semestre	15.120	6.908
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	15.120	6.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

Eventos	Reservas			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de dezembro 2022	6.200	872	16.561	-	23.633
Lucro do período	-	-	-	6.908	6.908
Saldos em 30 de junho 2023	6.200	872	16.561	6.908	30.541
Saldos em 31 de dezembro 2023	6.200	1.240	32.935	-	40.375
Lucros acumulados	-	-	-	15.120	15.120
Saldos em 30 de junho 2024	6.200	1.240	32.935	15.120	55.495
Mutações do período	-	-	-	15.120	15.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Lucro líquido do semestre		15.120	6.908
Ajustes ao lucro líquido		1.793	2.153
Perdas esperadas ao risco de crédito		(136)	880
Provisão para contingências		156	116
Depreciação/Amortização		1.773	1.055
Baixas de imobilizado de uso		-	102
Resultado Ajustado		16.913	9.061
Aumento/redução de ativos e passivos operacionais		(16.881)	3.127
Títulos e valores mobiliários		6.326	8.888
Relações interfinanceiras a receber		(26.036)	17.386
Outros ativos financeiros		(2.578)	(359)
Outros créditos		(6.590)	(913)
Depósitos		(8.057)	(40.484)
Outras obrigações diversas		20.054	18.609
Impostos Pagos no período		(1.835)	(5.797)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(1.803)	6.391
Aquisição de imobilizado de uso gerado/(aplicado)		(177)	(196)
Aquisição de intangível		(3.962)	(2.992)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimentos		(4.139)	(3.188)
Aumento/Diminuição de caixa e equivalente caixa		(5.942)	3.203
Caixa e equivalentes de caixa inicial		6.856	3.653
Caixa e equivalentes de caixa final	5	914	6.856
Aumento/Diminuição de caixa e equivalente caixa		(5.942)	3.203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras abrangem a Instituição líder PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda. ("PagueVeloz", "Empresa" ou "Sociedade") que é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Rua Dr. Leo de Carvalho, 74, 5º Andar Sala 505, 506 e 597, Velha, CEP 89036-239, na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

A PagueVeloz tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos seus usuários mecanismos seguros e fáceis para efetuar pagamentos, aportes, transferências e/ou saques de recursos mantidos em contas de pagamento.

A PagueVeloz obteve, em 26 de setembro de 2022, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União em 30 de setembro de 2022. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Empresa passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Apresentação e base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; vi) reconhecimento de créditos tributários; e vii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo está a moeda funcional de apresentação.

As demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2024 foram aprovadas pela Administração no dia 21 de Agosto de 2024.

2.2 Adoção de novas norma e interpretações

As seguintes normas estão em tratamento pela Empresa e possuem data de implementação em 1º de janeiro de 2025:

A resolução BCB Nº 219, DE 30 de Março de 2022, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Até 31 de Dezembro de 2022, as administradoras de consórcio e as instituições de pagamento devem elaborar plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução BCB 219, de acordo com o art. 67.

A Empresa elaborou plano de implementação da resolução mencionada, aprovada pela diretoria em 03 de Julho de 2023.

Serão realizadas avaliações para garantir que todas as novas diretrizes da BCB 219/22 no que tange classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros que reflipam impactos diretos ou indiretos ao negócio.

Resolução CMN nº 4.975/2021, os riscos e benefícios de arrendamentos operacionais inerentes à propriedade do bem permanecem com o arrendador, enquanto o arrendatário reconhece apenas as despesas com o arrendamento ao longo do contrato. Esse procedimento difere do disposto no CPC 06 (R2), o qual estabelece para o arrendatário (a) isenção do reconhecimento dos arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de valores imateriais; (b) registro inicial do arrendamento no ativo (direito de uso do bem) e no passivo a valor presente (passivo representativo das obrigações do arrendamento relativas aos direitos de uso); e (c) apropriação das despesas de amortização dos direitos de uso do bem e dos juros do passivo financeiro representativo das obrigações do arrendamento relativas ao direito de uso, pelo prazo de utilização do bem. Os dispositivos mencionados foram endereçados pelo Banco Central com a emissão da Resolução CMN nº 4.975/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.101/2023, com início de vigência em 01 de janeiro de 2025.

Outra vertente importante é o impacto do aproveitamento fiscal das despesas de PDD por conta da MP 1.128/2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem.

A divulgação do lucro/(prejuízo) por quota é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação. O lucro/(prejuízo) básico e diluído por quota da Sociedade foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas quotas. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que a Sociedade não mantém quotas em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição. Quando o número de quotas totais diminuir ou aumentar como resultado de atos societários, como redução ou aumento de capital, o cálculo do resultado básico e diluído por quota para todos os períodos apresentados é ajustado, para fins de comparabilidade.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio, vinculado à saldo de conta pré-paga ou outros fins.



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados levando em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período e apresentados no curto prazo independentemente do seu vencimento.
- Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, porém, os ganhos e perdas não realizados são registrados como outros resultados abrangentes;
- Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo devendo ser registrado aos custos amortizados.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de spread de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata die, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, a PagueVeloz adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e

As aplicações em cotas detidas pela PagueVeloz, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs) e fundos de investimentos imobiliários (FIIs).

O pronunciamento prevê algumas situações que podem levar a empresa a mudar sua intenção de manter certos títulos até o vencimento, no futuro, sua intenção de manter os demais títulos até o vencimento. Portanto, a venda ou transferência de um título mantido até o vencimento, em função de uma das seguintes mudanças:

- a) evidência de uma deterioração significativa no risco de crédito do emissor do título.
- b) alteração tributária que elimine ou reduza a isenção sobre os juros recebidos do título de dívida.
- c) ocorrência de uma alienação ou combinação de negócios que torne imprescindível a venda ou transferência de títulos mantidos até o vencimento para manter a posição de risco de taxa de juros ou a política de risco de crédito da empresa.
- d) mudança nas exigências regulamentares que modifiquem de forma significativa a composição dos investimentos permitidos ou o nível máximo de investimentos em certos tipos de títulos, obrigando, portanto, a empresa a se desfazer do título mantido até o vencimento.
- e) aumento significativo, por parte dos reguladores, e exigência de capital que torne necessária a diminuição do porte da instituição (downsize), através da venda de títulos mantidos até o vencimento.
- f) aumento significativo na ponderação do risco de títulos de dívida, utilizada no cálculo de exigência de capital.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possuía títulos classificados nas categorias de "Disponível para Venda" e "mantidos até o vencimento". Não houve reclassificações entre categorias para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

3.4 Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

3.5 Relações interfinanceiras

Os valores são principalmente relacionados a recebíveis de adquirentes, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Empresa por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma da PagueVeloz, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis. A Empresa também adota a política de efetuar a antecipação de todo saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado no momento em que a Empresa concorda em liquidar antecipadamente um recebível.



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

3.6 Outros créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Outros créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base pro rata die e provisão para perdas, quando julgada necessária.

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco que podem tornar o ativo com problemas de recuperação de crédito, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue no quadro abaixo. A provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuízo da responsabilidade da PagueVeloZ pela constituição de provisão em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

A operação classificada como de risco nível H deve ser transferida para conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, após decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco, não sendo admitido o registro em período inferior. (Resolução 2.682 Art. 7º)

As operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ser classificadas mediante adoção de modelo interno de avaliação ou em função dos atrasos consignados no art. 4º, inciso I, desta Resolução, observado que a classificação deve corresponder, no mínimo, ao risco nível A.

Para apuração do aging e devido registro contábil, será considerado o período em dias da data em que a conta de pagamento entrou em situação negativa até a data base de apuração para fins do fechamento contábil mensal.

Todas as demais provisões serão constituídas por 100% do valor do risco.

Liquidação por baixa perda

A baixa para perda de um título é executada quando não existe mais a possibilidade de recebimento do mesmo.

São utilizadas duas premissas para a baixa de títulos para perda (Write-Off [WO]) dos clientes sendo:

a) Quando o(s) título(s) atinge(m) 360 dias de vencido(s).

3.7 Outros valores e bens

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, sobretudo relacionados a taxas anuais para manutenção de softwares, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

3.8 Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Empresa ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis dos ativos imobilizados estão assim estimadas:

- Máquinas e equipamentos – 3 a 5 anos - 20%
- Computadores e periféricos – 3 a 5 anos – 20%
- Móveis e utensílios – 5 a 10 anos – 10%
- Edificações e benfeitorias – Conforme prazo do contrato

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis, inclusive os gerados internamente, possuem vida útil definida e são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O prazo para amortização dos ativos mais significantes é de 5 anos, sendo amortizados à taxa de 20% ao ano.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados apenas se forem confiavelmente mensurados, os benefícios econômicos forem prováveis e se a Empresa tiver a intenção e recursos para finalizar o desenvolvimento para uso ou venda do ativo. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



3.10 Redução ao valor recuperável - ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

3.11 Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas não remunerada, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição, tais valores são demonstrados pelos valores das exigibilidades e considerando os rendimentos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die, podendo ser resgatados a qualquer momento pelo usuário.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio da plataforma PagueVeloZ. É apresentada líquida de devolução, abatimentos e descontos. Dentre essas receitas podemos citar tais como:

- Antecipação;
- MDR;
- Emissão e liquidação de boletos;
- Pagamento de contas;
- Saques, e etc.

A partir de 1º de janeiro de 2022 entrou em vigor a Resolução BCB nº120 que estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação

Dentre as disposições normativas, essa norma recepcionou o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, norma que especifica como e quando serão reconhecidas as receitas de contratos, assim como requer que as entidades forneçam dados mais relevantes aos usuários das informações contábeis. Os princípios gerais apresentados não divergem das práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

A receita é reconhecida de acordo com as seguintes etapas: identificação do contrato e da obrigação de desempenho, determinação e alocação do preço da transação e

A receita de contratos com clientes é reconhecida no momento em que o controle dos serviços é transferido para o cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A Companhia geralmente atua como agente na prestação de serviços, pois seu papel é providenciar para que outra entidade forneça os bens ou serviços.

A PagueVeloZ oferece incentivos com diversas características aos usuários para divulgar sua plataforma. Os seguintes critérios são avaliados para determinar se os incentivos são considerados um componente da receita ou são apresentados separadamente como despesas de marketing : (i) se os pagamentos são para o cliente em troca de um bem ou serviço distinto; (ii) a existência de uma obrigação de desempenho da Companhia para com o usuário final; (iii) se há expectativa de contratos futuros específicos em decorrência do incentivo; (iv) se os incentivos são, em substância, um pagamento em nome dos parceiros ou outras partes envolvidas no acordo.

Os produtos financeiros e de pagamentos da Companhia se consolidam nos seguintes:

- **Person-to-Person (P2P):** produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas físicas, sem fins comerciais, que possibilita o recebimento instantâneo de pagamento realizado via cartão de crédito ou de saldo de outro usuário cadastrado no aplicativo.
- **Person-to-Business (P2B):** produto destinado aos usuários cadastrados, pessoas jurídicas, com fins comerciais.
- **Receitas de prestação de serviços com meios de pagamento:** receitas de taxas cobradas pela intermediação de pagamentos eletrônicos são reconhecidas na data da transação. Os custos de transação relacionados são reconhecidos ao longo do mesmo período em que os serviços (transação) são prestados.

3.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes:** são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Empresa. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;

• **Provisões e passivos contingentes:** uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

3.14 Impostos e contribuições – correntes e diferidos

• Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Empresa é o lucro real.

• Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados usando as taxas de imposto vigentes no ano em que os ativos serão realizados e os passivos serão liquidados. As taxas de imposto atualmente definidas de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social são usadas para calcular impostos diferidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

3.15 Benefícios a empregados

A Empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Empresa.

3.16 Plano de Incentivo a Longo Prazo (LTIP)

Remuneração com base em ações:

A PagueVeloZ enquanto controlada da Serasa Experian, participa dos planos de pagamento baseado em ações geridos pelo grupo Experian. As transações com pagamento baseado em ações são liquidadas com instrumentos patrimoniais.

Os programas vigentes são:

LTIP (Long Term Incentive Plan) – Pacotes de ações Experian concedidos anualmente como reconhecimento por bons resultados. Os beneficiários são gerentes, gerentes executivos, Diretores, Vice-presidentes e Presidentes pelos bons resultados no longo prazo, a cada ano os elegíveis podem receber um percentual do seu salário anual que será convertido em ações. Esse pacote de ações conta com um vesting cliff de 36 meses, ou seja, é preciso que o funcionário fique no mínimo esse período na empresa para poder acessar suas ações. O programa é enquadrado como uma Plano de Ações Restritas.

Sharesave – Programa internacional que permite aos empregados voluntariamente optarem por adquirir ações Experian com desconto. São elegíveis todos os empregados contratados em regime CLT até o dia 20 de maio de 2022, inclusive aqueles em período de experiência. Ao término de 36 meses, o empregado poderá manifestar seu interesse, ou não em exercer a opção de compra de ações.

3.17 Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

3.18 Resultados recorrentes e não recorrentes

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, a PagueVeloZ considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos, em consonância aos critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020 Art.34.

3.19 Provisões para contingências

Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, a PagueVeloZ constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos avaliados em comitê jurídico.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da PagueVeloZ para cada demanda, considerando as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e pode incorrer em alto grau de julgamento.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 14.

4. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. No semestre findo em 30 de junho de 2024 e em 30 de junho de 2023, não apresentou resultados não recorrentes.



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	914	6.856
Disponibilidades (Depósitos bancários)	914	6.856
Total	914	6.856

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações em operações compromissadas vinculadas a saldo em conta pré - paga	66.328	71.548
Letras do Tesouro Nacional (LTN-O) ⁽¹⁾	66.328	71.548
Total	66.328	71.548

⁽¹⁾ Os saldos referentes a Letras do Tesouro Nacional (LTN-O) são requeridos para instituições de pagamento autorizadas a operar pelo BACEN através da normativa BCB nº 80/21, esses títulos contemplam uma taxa média de retorno de 100,5% sobre o CDI. O valor de remuneração para o semestre findo em junho de 2024 é de R\$ 2.558 mm.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Movimentação da carteira por categoria

Em 30 de junho de 2024 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Valor de Custo					30/06/2024
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos em Negociação						
Títulos Privados	-	-	7.388	7.388	-	7.388
Certificados de Depósito Bancário	-	-	7.388	7.388	-	7.388
Títulos Públicos	-	-	240	240	-	240
Outros	-	-	240	240	-	240
Total	-	-	7.628	7.628	-	7.628

Não houve reclassificações entre categorias no semestre findo em 30 de junho de 2024.

	Valor de Custo					31/12/2023
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Ajuste Valor Justo	Total
Títulos em Negociação						
Títulos Privados	-	-	3.490	3.490	318	3.808
Cotas de fundos de investimento	-	-	788	788	318	1.106
Certificados de Depósito Bancário	-	-	2.702	2.702	-	2.702
Títulos Públicos	-	-	240	240	-	240
Outros	-	-	240	240	-	240
Total	-	-	3.730	3.730	318	4.048

Não houve reclassificações entre categorias no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	30/06/2023
Títulos de renda fixa	9.441	3.600
Aplicações em fundos de investimentos	13	372
Total	9.454	3.972



8. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber de adquirentes ⁽¹⁾	111.680	84.492
Total	111.680	84.492
Vencimento de até 30 dias	18.415	17.207
De 31 a 60 dias	8.974	8.834
De 61 a 90 dias	7.468	5.913
De 91 a 180 dias	22.667	25.819
De 181 a 365 dias	47.723	22.923
Acima de 365 dias	6.433	3.796
Total	111.680	84.492
Circulante	105.247	80.696
Não circulante	6.433	3.796

⁽¹⁾ Corresponde substancialmente aos valores a receber com os Adquirentes Cielo, Vero e Pagseguro relativos às transações realizadas com cartões de crédito.

Em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não há créditos vencidos.

9. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2024	31/12/2023
Serviços prestados a receber ⁽¹⁾	3.202	4.306
Adiantamentos e antecipações salariais	241	494
Títulos a receber ⁽²⁾	4.644	3.547
Valores a receber ligadas	12.811	773
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.531)	(2.446)
Outros	1.149	1.339
Total	18.516	8.013
Circulante	18.516	8.013
Não circulante	-	-

⁽¹⁾ São constituídos pelos valores a receber de parceiros oriundas das transações de cartões de crédito à vista e parcelado, dentro da plataforma PagueVeloZ;

⁽²⁾ Saldo Negativo de clientes, da natureza de chargeback e cancelamentos de clientes que estavam com saldo insuficiente ou zerados, constituindo um saldo a pagar para Empresa;

10. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	2.267	1.386
Total	2.267	1.386
Circulante	2.267	1.386
Não circulante	-	-



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

							30/06/2024
	Depreciação Anual - %	Custo	Aquisições	Reclassificações	Baixas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado de uso							
Edificações		778	-	-	-	(76)	702
Móveis e utensílios	10%	38	-	-	-	(10)	28
Máquinas e equipamentos	20%	3.020	177	-	-	(948)	2.249
Total		3.836	177	-	-	(1.034)	2.979

							31/12/2023
	Depreciação Anual - %	Custo	Aquisições	Reclassificações	Baixas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado de uso							
Edificações		1.687	4.557	-	(35)	(3.051)	3.158
Móveis e utensílios	10%	610	-	482	(571)	(512)	9
Máquinas e equipamentos	20%	4.719	-	(482)	(927)	(3.017)	293
Total		7.016	4.557	-	(1.533)	(6.580)	3.460

b) Intangível

							30/06/2024
	Amortização Anual - %	Custo	Aquisições	Reclassificações	Baixas	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível							
Softwares adquiridos	20%	10.421	3.962	-	-	(2.701)	11.682
Total		10.421	3.962	-	-	(2.701)	11.682

							31/12/2023
	Amortização Anual - %	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Intangível							
Softwares adquiridos	20%	4.451	5.970	-	-	(1.587)	8.834
Total		4.451	5.970	-	-	(1.587)	8.834

12. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	30/06/2024	31/12/2023
Depósitos ⁽¹⁾	71.016	63.096
Relações Interfinanceiras	181	16.158
Total	71.197	79.254
Circulante	71.197	79.254
Não Circulante	-	-

⁽¹⁾ Corresponde aos depósitos de clientes feitos na conta digital da Pagueveloz. Tais depósitos são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da BCB n° 80 de 25/3/2021, sendo remunerados de 92 à 100% do CDI e possuem liquidez diária (em 31 de dezembro de 2023 de 92 à 100% do CDI e possuem liquidez diária). Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.



13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2024	31/12/2023
Fiscais e previdenciárias ⁽¹⁾	8.786	6.951
Provisões com folha de pagamento	16.331	32.806
Contingências	723	567
Outras obrigações - partes relacionadas (Nota 15)	67.606	33.322
Credores diversos país ⁽²⁾	353	284
Fornecedores	6.068	6.145
Total	99.867	80.075
Circulante	34.144	47.508
Não Circulante	65.723	32.567

⁽¹⁾ Refere-se a salários, rescisões, comissões e férias a pagar

⁽²⁾ São constituídos essencialmente por valores a pagar para fornecedores;

14. CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2024, os assessores jurídicos da PagueVeloz atualizaram o seu julgamento dos processos de polo passivo, que estão sob sua custódia e os classificaram como estão demonstrados a seguir:

Risco de perda	Natureza do processo	30/06/2024	
		Quantidade	Valor da causa
Provável	Cíveis	12	2.225
Possível	Cíveis	6	572
Possível	Trabalhista	52	14.948
Provável	Trabalhista	11	5.102
Total		81	22.847

Risco de perda	Natureza do processo	31/12/2023	
		Quantidade	Valor da causa
Provável	Cíveis	6	65
Possível	Cíveis	24	257
Possível	Trabalhista	43	8.384
Provável	Trabalhista	8	4.705
Total		81	13.411

Cíveis

A empresa registrou uma provisão de R\$ 67 em 30 de junho de 2024 referente à processos com risco de perda provável, (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2023), referente à processos com risco de perda possível a empresa totaliza o montante de R\$ 572 (R\$ 257 em 31 de dezembro de 2023).



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

Trabalhistas

A Empresa registrou uma provisão de R\$ 655 (R\$ 502 em 31 de setembro de 2023) para processos de natureza trabalhistas considerados com risco de perda provável, para processos de natureza trabalhista considerado com risco de perda possível onde não há exigibilidade da constituição de provisão a empresa totaliza o montante de R\$ 14.948 (R\$ 8.384 em 31 de setembro de 2023)

Fiscais

No semestre findo em 30 de junho 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não possuía contingências fiscal.

15. PATRIMONIO LIQUIDO

O capital social em 30 de Junho de 2024, totalmente subscrito e integralizado pelos sócios em moeda corrente nacional, representado por 6.200.00 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

A distribuição das quotas está conforme o quadro abaixo:

	30/06/2024		
	Quotas	Valor integralizado R\$	Participação
Financeira Veloz Holding	6.199.999	6.199.999	99,99%
Experian Nominees Limited	1	1	0,01%
Total	6.200.000	6.200.000	100,00%

	31/12/2023		
	Quotas	Valor integralizado R\$	Participação
Financeira Veloz Holding	6.199.999	6.199.999	99,99%
Experian Nominees Limited	1	1	0,01%
Total	6.200.000	6.200.000	100,00%

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2024 (a companhia destinou R\$ 368 à reserva legal em 31 de dezembro de 2023), a Companhia não constituiu reserva legal.

Reserva especial de lucro

A Administração não propôs constituição de reserva de orçamento de capital para o período findo em 30 de junho de 2024, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Administração propôs a constituição no valor de R\$ 16.374 referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A reserva tem a finalidade de finalidade de investimentos para continuidade do plano de crescimento através de investimentos em tecnologia (orgânico e inorgânico) para escalar a carteira digital e investimentos em sub aquisições.

Dividendos

Os lucros líquidos apurados poderão ser distribuídos a qualquer tempo ou mantidos, no todo ou em parte, em conta de reservas; aumento de capital, ou em lucros acumulados para futura destinação.

Os sócios podem deliberar a distribuição de lucros intermediários com base em balancetes periódicos, à conta de distribuição antecipada de lucros, lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não houve destinação de lucros para pagamento de dividendos.

16. PARTES RELACIONADAS

	30/06/2024			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Serasa Experian S.A. ^{(1) (2) (3)}	2.847	67.606	6.625	3.788
Total	2.847	67.606	6.625	3.788

⁽¹⁾ Refere-se a prestação de serviços pela PagueVeloZ à Serasa;

⁽²⁾ Referem-se principalmente a contratos de mútuo firmados com a entidade relacionada Serasa Experian S.A., cuja taxa aplicada é a SELIC no momento do contrato até a data de liquidação prevista para Setembro de 2026;

⁽³⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2024 não houve remuneração aos administradores.

	31/12/2023		30/06/2023	
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Serasa Experian S.A. ^{(1) (2) (3)}	2.093	33.322	7.347	5.309
Total	2.093	33.322	7.347	5.309

⁽¹⁾ Refere-se a prestação de serviços pela PagueVeloZ à Serasa;

⁽²⁾ Referem-se contratos de mútuo firmados com a entidade relacionada Serasa Experian S.A., cuja taxa aplicada é a SELIC no momento do contrato até a data de liquidação prevista para Setembro de 2026;

⁽³⁾ Em 31 de dezembro de 2023 não houve remuneração aos administradores.



17. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	30/06/2024	30/06/2023
Receitas de antecipação ⁽¹⁾	69.015	55.029
Demais Receitas ⁽²⁾	42.623	29.889
Despesa de ISS	(1.121)	(1.462)
Total	110.517	83.456

⁽¹⁾ Correspondem às receitas relacionadas às transações antecipadas de pagamentos cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma da Pague Veloz e líquida dos custos dos adquirentes e bancos na captação de recursos;

⁽²⁾ MDR taxa cobrada pela transação sem antecipação, receitas com parceiros e demais serviços.

b) Despesas de Pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos	(26.050)	(16.291)
Benefícios a funcionários	(6.537)	(2.922)
Encargos sociais	(6.952)	(5.181)
Treinamento	(2)	(1)
Total	(39.541)	(24.395)

c) Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Aluguéis	(790)	(801)
Comunicações	(5)	(6)
Serviços do sistema financeiro	(1.489)	(1.340)
Processamento de dados	(12.027)	(10.379)
Propaganda e publicidade	(803)	(999)
Publicações	(3)	(12)
Seguros	-	(6)
Serviços de terceiros ⁽¹⁾	(7.247)	(6.172)
Serviços de vigilância e segurança	(229)	(25)
Serviços técnicos especializados	(287)	(457)
Transporte	(262)	(487)
Viagens	(53)	(324)
Amortização e depreciação	(1.773)	(1.055)
Outras	(897)	(1.773)
Total	(25.865)	(23.836)

⁽¹⁾ Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para o período de 2024 é de R\$ 467. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a PagueVeloz Instituição de Pagamento Ltda.

18. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa de contribuição ao COFINS	(6.248)	(4.262)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(1.196)	(790)
Total	(7.444)	(5.052)



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Outras Receitas	(3.433)	1.015
Demais Receitas ⁽¹⁾	(3.433)	1.015
Outras Despesas	(16.506)	(20.766)
Provisões para outros créditos ⁽²⁾	(3.069)	(2.236)
Outras despesas operacionais ⁽³⁾	(13.437)	(18.530)
Total	(19.939)	(19.751)

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a receitas com PinPad (dispositivo eletrônico utilizado para entrada de senhas);

⁽²⁾ Referem-se substancialmente às perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

⁽³⁾ Contempla bônus aos diretores e antigos proprietários da Empresa.

20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Outras Receitas	6	-
Outras receitas não operacionais	6	-
Outras Despesas	-	(2.862)
Outras despesas não operacionais	-	(2.862)
Total	6	(2.862)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	24.929	24.929	8.432	8.432
(+) ADIÇÕES	19.128	19.128	3.234	3.234
OUTRAS DESPESAS INDEDUTÍVEIS	4.770	4.770	249	249
PROVISÕES	14.358	14.358	2.985	2.985
(-) EXCLUSÕES	(33.112)	(33.112)	(884)	(884)
AJUSTE AO VALOR JUSTO - FIDC	-	-	(372)	(372)
PROVISÕES	(33.112)	(33.112)	(512)	(512)
BASE DE CÁLCULO	10.945	10.945	10.782	10.782
IR.DEVIDO (15%)	(1.113)	-	(1.617)	-
ADICIONAL DE IR DEVIDO (10%)	(1.082)	-	(1.066)	-
IR e CSLL DIFERIDO	(4.874)	(1.755)	-	-
AJUSTES EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.129	-
CSLL (9%)	-	(985)	-	(970)
Total de IR/CS	(7.069)	(2.740)	(554)	(970)

b) Expectativa de realização

Em 30 de Junho de 2024, a empresa apresentou o valor contábil de R\$ 4.565 de impostos diferidos ativos, decorrentes de lançamentos de natureza temporária, sendo composto pela PCLD, Provisão de PLR, Bônus, Reclamações Trabalhistas e Processos e AVJ, conforme segue:

	31/12/2023	1ºSemestre/2024		30/06/2024
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Adições	Baixas	
PCLD	832	352	-	1.184
Provisão PLR	1.522	-	(860)	662
Provisão Bônus	8.501	-	(6.065)	2.436
Provisão Reclamação Trabalhistas	170	53	-	223
Provisão de Processos	22	1	-	23
AVJ - Crédito Tributário Diferido Pis e Cofins	20	-	-	20
Provisão Opção de Compra de Ações	-	17	-	17
Total	11.067	423	(6.925)	4.565

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 30 de junho de 2024.



	30/06/2024	31/12/2023
Em 2023	-	-
Em 2024	4.302	10.875
Em 2025	-	-
Em 2026	-	-
Em 2027	-	-
Em 2028	263	192
Total	4.565	11.067

A expectativa de realização do crédito tributário em 2024, deverá ter um impacto de 9% e em 2028 de 8,5% na Selic.

Ano Base	Atualização ao Valor Presente
2024	4.117
2025	-
2026	-
2027	-
2028	181
Total	4.298

22. GESTÃO DE RISCOS

Gerenciamento de riscos

A PagueVeloZ utiliza a estratégia de três linhas de defesa, com o intuito de trazer mais robustez a sua estrutura de governança corporativa, por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades de cada linha.

1ª Linha de Defesa (1LoD): conta com os gestores de negócio, suporte e operacionais que são responsáveis primários por identificar, avaliar, reportar os indícios de irregularidades e os riscos de suas áreas, de forma alinhada às diretrizes internas, regulamentações, políticas e procedimentos aplicáveis.

2ª Linha de Defesa (2LoD): estas equipes são responsáveis por testar e avaliar a aderência à regulamentação, políticas e procedimentos, mantendo padrões de integridade alinhados aos princípios, diretrizes e apetite ao risco adotados pela PagueVeloZ, reportando sistemática e tempestivamente à Diretoria Executiva os resultados de suas análises em relação à conformidade.

3ª Linha de Defesa (3LoD): a Auditoria Interna apoia a organização a atingir os seus objetivos apresentando uma abordagem sistemática, independente e disciplinada para avaliar e aprimorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, controles e governança, seguindo as diretrizes de seu Regulamento Interno.

A PagueVeloZ é gerida por meio de Código de Conduta, Políticas, Procedimentos e Instruções Operacionais direcionados às áreas de atuação do negócio, devidas responsabilidades perante o Banco Central do Brasil, demais legislações vigentes aplicáveis e expectativas globais do Controlador.

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através de órgãos colegiados subordinados à Diretoria Executiva da PagueVeloZ. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles.

O principal órgão de acompanhamento e discussão dos riscos junto à alta direção é o Comitê Integrado de Riscos, Controles Internos, Compliance, Prevenção à Fraude, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Ouvidoria, Segurança da Informação e Cibernética, onde são apresentados, mensalmente, os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das áreas e produtos da PagueVeloZ. Cabe à Diretoria Executiva a responsabilidade de garantir o cumprimento das Políticas relacionadas a Gerenciamento de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das atividades e complexidade dos serviços e a área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a PagueVeloZ dispõe de estrutura para o gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito, que trabalha de modo integrado, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Adicionalmente, a PagueVeloZ possui uma trilha de treinamentos dedicados a Gestão de Riscos.

Em atendimento a Resolução BCB nº 198/2022, a PagueVeloZ mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.pagueveloz.com.br.

Risco Operacional

Trata-se do risco como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, oriundos dos seguintes eventos:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços de pagamento;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- Ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamento;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento;
- Falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento;



- Falhas na identificação e autenticação do usuário final em transação de pagamento;
- Falhas na autorização das transações de pagamento; e
- Falhas na iniciação de transação de pagamento.

A PagueVeloZ desenvolve ações visando à implementação da estrutura de gerenciamento de risco operacional desde o modelo de gestão, políticas, procedimentos, armazenamento de informações e eventos de perda.

Risco de Liquidez

Trata-se do risco em não cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A PagueVeloZ gerencia o risco de liquidez junto a sua Tesouraria que, a partir do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros, define a priorização e fonte de captação de recursos a serem acionados nas melhores condições de mercado.

- Cessão de recebíveis;
- Linhas de crédito bancário com instituições com rating AAA (capital de giro, conta garantida, dentre outros); e
- Aporte financeiro dos acionistas através de aumento de Capital Social.

As ações realizadas voltadas aos riscos de liquidez estão apresentadas no Relatório de Estrutura e Gerenciamento de Riscos da PagueVeloZ, também disponível no endereço eletrônico da Instituição.

Risco de Crédito

A PagueVeloZ possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, credenciadoras, clientes e parceiros comerciais.

Nas operações de aquisição, as credenciadoras com as quais a PagueVeloZ se relaciona têm a obrigação de efetuar o pagamento à PagueVeloZ dos valores recebidos pelos emissores de cartão de crédito relativos às operações capturadas pelo sistema PagueVeloZ.

A PagueVeloZ antecipa imediatamente à captura, 100% da agenda de recebíveis de cartão de seus clientes na conta de pagamento que o cliente mantém junto à Instituição. Em situações de desacordo comercial ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado pelo portador do cartão ao estabelecimento comercial por meio de *chargeback*.

Caso a PagueVeloZ não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente do saldo do cliente, independentemente do motivo, o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a PagueVeloZ. Para gerenciar a exposição a este risco, a PagueVeloZ monitora periodicamente o comportamento transacional destes clientes e limita o repasse das operações de antecipações de recebíveis.

A PagueVeloZ possui estrutura dedicada para gerenciamento de risco de crédito que aborda aspectos da gestão de patrimônio, a preservação do valor e da liquidez das moedas eletrônicas emitidas.

Dentre os aspectos do gerenciamento, a Instituição deliberou por limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e a recuperação de créditos.

Diversidade, equidade & inclusão

A PagueVeloZ conquistou o Selo GPTW, Great Place To Work, em duas categorias: Mulheres e Jovens Potências, o que reforça nosso compromisso e, promover equidade de gênero e igualdade no ambiente de trabalho.

Prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo

A PagueVeloZ adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

Conformidade

A PagueVeloZ monitora a observância e atendimento ao arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores, dos normativos internos, do Código de Conduta e demais diretrizes estabelecidas para seu negócio e atividades.

Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2024, o valor justo dos ativos financeiros da PagueVeloZ registrados no balanço patrimonial, se aproximam ao valor de curva, por serem representados principalmente por itens de curto prazo e por estarem indexados às taxas de mercado.

Os ativos realizados pela PagueVeloZ são operados com as seguintes motivações:

- Recebíveis gerados por suas atividades como instituição de arranjo de pagamento;
- Gestão de liquidez de caixa disponível; e
- Obrigações regulatórias quanto aos valores de moedas eletrônicas emitidas conforme requerido na Circular nº 3.681.

Ativos Financeiros	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia
Aplicações em operações compromissadas	66.328	66.328	nível II	71.548	71.548	nível II
Títulos públicos (Resolução BCB Nº 80) ⁽¹⁾	240	240	nível II	240	240	nível II
Títulos privados ⁽²⁾	7.388	7.388	nível II	3.808	3.808	nível II
Relações interfinanceiras	111.680	111.680	nível II	84.492	84.492	nível II
Total	119.308	119.308		88.540	88.540	



PAGUEVELOZ LTDA.
EM 30 DE JUNHO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivos Financeiros	30/06/2024			31/12/2023		
	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia
Contas de pagamento pré-pagas	71.016	71.016	nível II	63.096	63.096	nível II
Relações interfinanceiras	181	181	nível II	16.158	16.158	nível II
Total	71.197	71.197		79.254	79.254	

⁽¹⁾ Devido à alta liquidez, o valor contábil das aplicações financeiras estão ao valor justo;

⁽²⁾ Outros investimentos são investimentos de renda fixa, com liquidez diária onde o valor contábil é considerado o mesmo do valor justo.

Análise de sensibilidade

A PagueVeloZ possui, principalmente, posições de instrumentos financeiros indexados a taxa básica de juros da economia e que estão classificados na carteira de negociação. A sensibilidade desses instrumentos financeiros aos riscos de taxa de juros que estão expostos, em um cenário de mudança na curva de juros para cima ou para baixo, não apresentam impactos significativos na receita financeira da empresa.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

A PagueVeloZ não identificou eventos após 30 de Junho de 2024 que se classifiquem como eventos subsequentes.

Débora Malta de Araujo
Contadora
CRC 1SP247844